

**LOAN BRASIL
SOCIEDADE DE CRÉDITO
S.A.**

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024
e Relatório dos Auditores Independentes

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da **LOAN BRASIL SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente, correspondentes ao semestre findo em 31 de dezembro de 2024.

Gerenciamentos de Riscos e de Capital: em cumprimento às disposições regulatórias dispostas nas Resoluções números 4.557/17 e 4.968/21, publicadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, a **Sociedade de Crédito Direto** mantém uma estrutura de gerenciamento de riscos e gestão de capital.

A evolução das operações e os principais fatos ocorridos neste exercício, além da situação econômico-financeira da Loan Brasil, poderão ser examinados através do balanço patrimonial, Demonstração de Resultados Abrangentes, das demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e das notas explicativas.

Em conformidade com legislação em vigor, os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovam as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores independentes, relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2024.

Atenciosamente,

ALBERICO RODRIGUES DA SILVA
Diretor-Presidente
LOAN BRASIL SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Administradores da
LOAN BRASIL SOCIEDADE DE CRÉDITO S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da LOAN BRASIL SOCIEDADE DE CRÉDITO S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da LOAN BRASIL SOCIEDADE DE CRÉDITO S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras supervisionadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

GBS-402/25

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, obtido antes da data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais eficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 17 de abril de 2025.

UHY BENDORAYTES & Cia
Auditores Independentes
CRC 2RJ 0081/O-8

Assinado de forma digital por GEYSA
BENDORAYTES E SILVA:07625210740
Dados: 2025.05.14 10:41:29 -03'00'

GEYSA BENDORAYTES E SILVA
Contadora
CRC RJ 091330/O-5

LOAN SCD

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 30 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Disponibilidades	4	711	554
Títulos e Valores Mobiliários	5	5.385	904
Imposto e contribuições a compensar		75	34
Outros Créditos	6	238	195
Outros valores e bens		-	9
Total do ativo circulante		6.409	1.696
Não Circulante			
Outros valores e bens		32	32
Permanente			
Imobilizado de uso		20	27
Total do ativo não circulante		52	59
Total do ativo		6.461	1.755
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Obrigações tributárias		113	42
Contas a pagar		10	69
Valores a pagar sociedade ligadas	7	207	107
Total do passivo		330	218
Patrimônio líquido			
Capital social	8	6.500	1.500
Reserva Legal		3	4
Reserva de lucros		70	69
Prejuízos acumulados		(443)	(36)
Total do patrimônio líquido		6.130	1.537
Total do passivo e do patrimônio líquido		6.460	1.755

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LOAN SCD

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 30 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2º semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Receitas da intermediação financeira				
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		98	146	183
Rendas de operação de crédito		-	-	815
Lucro na cessão de crédito		593	1.115	-
Reversão (constituição) Provisão para crédito de liquidação duvidosa		50	(137)	-
Resultado bruto da intermediação financeira		741	1.124	998
Receitas (Despesas) operacionais		(785)	(1.531)	(828)
Despesas administrativas	9	(746)	(1.439)	(780)
Despesas tributárias	10	(39)	(92)	(48)
Resultado operacional		(44)	(407)	170
Imposto de renda e contribuição social	11	-	-	(133)
Lucro líquido (prejuízo) do período		(44)	(407)	37

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LOAN SCD

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 30 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	2º semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido (Prejuízo) do período	(44)	(407)	37
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente total do período	(44)	(407)	37

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LOAN SCD

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 30 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de Lucros	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 22 de março de 2023	-	-	-	-	-
Integralização de capital	1.500	-	-	-	1.500
Lucro ou Prejuízo do Período	-	-	-	73	73
Constituição de Reservas	-	4	69	(73)	-
Saldo em 30 de junho 2023	1.500	4	69	-	1.573
Prejuízo do Período	-	-	-	(36)	(36)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.500	4	69	(36)	1.537
Prejuízo do Período	-	-	-	(363)	(363)
Saldo em 30 de junho de 2024	1.500	4	69	(399)	1.174
Aumento de capital	5.000	-	-	-	5.000
Prejuízo do Período	-	-	-	(44)	(44)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.500	4	69	(443)	6.130

LOAN SCD

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 30 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	2º semestre/ 2024	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido (prejuízo) do período	(44)	(407)	37
Depreciação e amortização	3	6	1
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(50)	137	-
Lucro líquido do período ajustado	(91)	(264)	38
Variações de ativos e passivos:	(4.511)	(4.458)	(794)
Títulos e Valores Mobiliários	(4.489)	(4.481)	(904)
Imposto e contribuições a compensar	(48)	(40)	(1)
Outros créditos	(65)	(180)	(196)
Outros valores e bens	36	9	
Obrigações tributárias	25	93	172
Contas a pagar	(32)	(59)	69
Valores a pagar sociedade ligadas	62	100	107
Despesas antecipadas	-	-	(41)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações	(4.601)	(4.822)	(756)
Impostos Pagos	-	(21)	(163)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(4.601)	(4.843)	(919)
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisições de imobilizado e intangível	-	-	(27)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento:	-	-	(27)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Capital social	-	-	1.500
Aumento de capital	5.000	5.000	5.000
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	5.000	5.000	1.500
Aumento (redução) nas disponibilidades	399	157	554
Disponibilidades no começo do período	312	554	38
Disponibilidades no fim do período	711	711	592
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	399	157	554

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LOAN SCD

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em R\$ mil)

1 Contexto operacional

A Loan Brasil Sociedade de Crédito Direto S.A., fundada em 22 de março de 2023, é uma instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil e registrada na Receita Federal do Brasil, com sede para atuação dos negócios na Rua 24 de Maio, 399, Sala D, Centro, Manaus/AM, CEP: 69.010-080

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, aprovadas em reunião de Diretoria, realizada em 15 de abril de 2025, estão sendo apresentadas e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei 6.404/76 alterada pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009.

b. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em R\$ mil, sendo o Real a moeda funcional da **LOAN BRASIL SCD S.A.**

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 19 de março de 2025.

3 Principais políticas contábeis

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A **LOAN BRASIL SCD S.A.** reconhece os créditos concedidos e demais recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A **LOAN BRASIL SCD S.A.** desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando se transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da administração, em três categorias, a saber: títulos para negociação - avaliados ao valor provável de realização (considerando cotação de mercado ou o valor patrimonial dos títulos, se aplicável) em contrapartida ao resultado do período; títulos disponíveis para a venda - avaliados ao valor de provável realização em contrapartida a conta específica do patrimônio líquido; e títulos mantidos até o vencimento - avaliados pela taxa intrínseca dos títulos em contrapartida ao resultado do período.

(ii) Operações de crédito

Contas a receber de créditos sob a forma de empréstimos e financiamentos são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os saldos não liquidados no período contratual são reclassificados para outras operações e mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

(iii) provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de empréstimos e financiamentos são classificadas, em ordem crescente de risco e faixas de vencimentos, e são efetuadas com base em critérios consistentes e verificáveis, amparadas por informações internas e externas, nos moldes da Resolução 2.682 do Banco Central do Brasil, contemplando, pelo menos, os seguintes aspectos:

1 - em relação ao devedor e seus garantidores: situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, pontualidade e atrasos nos pagamentos e limite de crédito;

li - em relação à operação: natureza e finalidade da transação e valor.

As provisões são constituídas em montantes suficientes para fazer face a perdas prováveis na realização dos créditos.

(iv) **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

31/12/2024 31/12/2023

DISPONIBILIDADES	711	554
Depósitos Bancários	711	554

(v) **Passivos financeiros não derivativos**

A **LOAN BRASIL SCD S.A.** reconhece inicialmente os títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, que é a data na qual se torna parte das disposições contratuais do instrumento. E desconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

(vi) **Capital social**

O capital social é representado por ações ordinárias no valor de R\$ 1.500.000, todas nominativas e sem valor nominal.

b. Redução ao valor recuperável (impairment)

Os ativos financeiros são avaliados frequentemente para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido em condições as quais esta não aceitaria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Para as operações com créditos adquiridos a **LOAN BRASIL SCD S.A.** identifica os clientes que apresentam evidências de perdas na expectativa de recebimento e atribui um percentual de provisionamento para eventuais perdas.

c. Resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

d. Ativos e passivos contingentes

Referem-se a direitos e obrigações decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. Procedem, basicamente, de processos judiciais movidos por terceiros. Essas contingências são avaliadas por assessores jurídicos e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e também de que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução nº 3.823/09, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas informações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Passivos contingentes: são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota;
- Provisões: são reconhecidas nas informações financeiras quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da Administração e divulgadas em notas explicativas; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a demandas judiciais que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições e são provisionadas.

e. Imposto de renda e contribuição social

A **LOAN BRASIL SCD S.A.** está sob o regime tributário de lucro real, e se sujeita ao imposto de renda à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro real que exceder a R\$ 240.000 anuais. Do mesmo modo, se sujeita à contribuição social na alíquota de 9% sobre o lucro contábil, ajustado conforme a legislação vigente.

f. Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição, menos a depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear à taxa anual de 20% para sistema de processamento de dados e sistema de transportes; e, 10% para as demais contas.

g. Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância a Resolução CMN nº. 3.750/09, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico – CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

h. Mensuração a valor justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo em ativos e passivos financeiros, quando aplicável, é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, o valor das quotas de fundos de investimento divulgados pelos seus administradores, bolsa de valores e bolsa de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data base de balanço. Assim quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

i. Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação e amortização dos itens do ativo imobilizado e intangível; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito e dos passivos contingentes e (iv) expectativa de realização do crédito tributário.

Os valores de eventual liquidação desses ativos e passivos, **financeiros** ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base **nessas** estimativas.

j. Juros sobre capital próprio

A Administração da instituição decide sobre o pagamento dos juros sobre capital próprio caso haja lucro na empresa, conforme faculta o artigo 9º da Lei nº 9.249/95.

k. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para sua emissão, compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base de autorização para sua emissão e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4 Disponibilidades

São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em mercado aberto, aplicações em renda fixa e operações compromissadas, cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo:

	31/12/2024	31/12/2023
Banco Conta Movimento	711	554
Total	711	554

5 Títulos e valores mobiliários

Os Certificados de Depósitos Bancários CDB foram adquiridos pelo controlador, decorrentes da efetiva integralização do capital social subscrito da Companhia, Os referidos títulos públicos (LFT) encontram-se vinculados ao Banco Central do Brasil, aguardando liberação para o aumento de capital por aquela autarquia.

	Vencimento	Quantidade	31/12/2024		ajuste
			Valor do custo	Valor de mercado	
Títulos para negociação					
CDB – Bradesco	01/04/2026	-	288	309	21
Depósito para capital em títulos					
LFT	01/04/2026	321	5.000	5.076	76
Total			5.288	5.385	97

	Vencimento	quantidade	31/12/2023		ajuste
			Valor do custo	Valor de mercado	
Títulos para negociação					
CDB - Bradesco	01/04/2026		837	904	67
Total			837	904	67

6 Outros créditos

	31/12/2024	31/12/2023
Certo Fundo de Investimento - FIDC	-	51
Adiantamentos	4	-
Devedores diversos	371	144
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(137)	-
	238	195

7 Parte relacionadas

As partes relacionadas foram definidas pela Administração como sendo os seus acionistas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme o pronunciamento técnico CPC 05.

Ativo	31/12/2024	31/12/2023
Certo Fundo de Investimento - FIDC	-	51
Total	-	51
Passivo	31/12/2024	31/12/2023
Fupres administradora de cartões	20	20
Fenixsoft gestão	59	30
Prover promoção de vendas	128	57
Total	207	107

8 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia é de R\$ 6.500, composto por 6.500.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00, totalmente subscrito e integralizado até a data do balanço.

b. Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Dividendos

Dividendo mínimo obrigatório.

Ao final do exercício não foram provisionados dividendos.

9 Despesas administrativas

	2º semestre/ 2024	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de aluguéis	(118)	(295)	(148)
Despesas de processamento de dados	-	(1)	(10)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(16)	(27)	(11)
Despesas de serviços técnicos especializados	(130)	(259)	(607)
Outras despesas administrativas	(482)	(857)	(4)
Total	(746)	(1.439)	(780)

10 Despesas tributárias

	2º semestre/ 2024	31/12/2024	31/12/2023
IOF	(1)	(1)	-
ISS	(4)	(30)	(2)
COFINS	(28)	(51)	(40)
PIS	(4)	(8)	(6)
Outras Taxas	(2)	(2)	-
Total	(39)	(92)	(48)

11 Imposto de Renda e Contribuição Social

	31/12/2024	31/12/2023
Cálculo IRPJ		
Resultado do Período	(407)	363
Adições	137	-
Exclusões	-	-
Lucro Real/Prejuízo Fiscal Acumulado	(270)	363
Lucro Real após compensação de prejuízo	(270)	363
Alíquota do IRPJ - 15%	-	54
Cálculo Adicional IRPJ		
Lucro Real/Prejuízo Fiscal Acumulado	(270)	363
Redução da Base (20.000,00 mês)	-	(120)
IRPJ - ADICIONAL 10%	-	243
Adicional 10%	-	24
IRPJ + Adicional	-	79
Cálculo CSLL		
Lucro Real após compensação de prejuízo	-	363
alíquota do CSLL - 15%	-	54
IRPJ + CSLL	-	133

12 Passivos contingentes

a. Passivos contingentes

A Administração não identificou montantes a serem provisionados ou divulgados de contingências com processos judiciais. Essa informação foi obtida com base em informações de seus assessores jurídicos e seguindo critério de reconhecimento das provisões estabelecido pelo CPC 25 (IAS 37), que determina que uma provisão deve ser reconhecida quando: i) a entidade tiver uma obrigação presente decorrente de um evento passado; ii) for provável que os recursos sejam exigidos para liquidar tal obrigação; e iii) o montante da obrigação puder ser estimado com suficiente segurança.

13 Estrutura de gerenciamento de riscos

A **LOAN BRASIL SCD S.A.** pauta sua atuação no gerenciamento de riscos, nas orientações e princípios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, que dissemina padrões mínimos a serem observados nos processos de gerenciamento de riscos e do estabelecimento das necessidades de capital das instituições financeiras.

Para a gestão de risco, a uma estrutura de comitê composto pelos principais executivos da sociedade.

A governança corporativa no que diz respeito ao gerenciamento de risco tem seu principal pilar na segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle. Os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação de um novo produto, e a independência de informação destas mesmas áreas com o processo operacionalizado. Esta independência de informações busca garantir um fluxo de controle menos sensível ao risco operacional e evita situações em que possam existir conflitos de interesses.

As definições para os riscos de mercado, crédito, liquidez e operacional a que estão sujeitos a instituição são:

Risco de Mercado: a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, inclusive as perdas decorrentes do tamanho da posição detida frente à liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de Crédito e Contraparte: a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Risco de Liquidez: a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco Operacional: a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Os principais instrumentos financeiros usualmente utilizados são aplicações de elevada liquidez, como CDB e quotas de fundos de investimento, em condições normais de mercado.

a. Risco de Mercado

Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira da instituição. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação.

A **LOAN BRASIL SCD S.A.** não tem posições em seus ativos ou passivos, sujeitas a oscilações significativas de mercado, uma vez que ativos e passivos estão, normalmente, sujeitos aos mesmos indexadores.

b. Risco de Crédito e Contraparte

Em linha com as melhores práticas de mercado e as recomendações do Regulador, optou pela constituição de uma equipe independente para exercer o controle do Risco de Crédito, resguardando-se de potenciais conflitos de interesse durante a execução destas atividades.

O Risco de Crédito consiste na possibilidade de ocorrências de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomados ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco tomador, a redução de ganhos ou remuneração, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. O papel na gestão de crédito é buscar oportunidades com adequado risco versus retorno em qualquer ativo ou contraparte.

A análise e aprovação de cada tomador, contraparte e em alguns casos da operação ou do ativo de crédito é feita pelo **Comitê de Crédito**.

O comitê avalia e aprova, define limites por emissores, setores e das operações conforme o caso. Também cabe ao comitê analisar o prêmio de risco mínimo necessário. A periodicidade do comitê é semanal, todas as sextas-feiras e, inclui a participação dos Diretores de Risco, Compliance, Gestão e mais dois sócios e analistas.

O processo utilizado pelo comitê consiste na realização de análise de indicadores financeiros do devedor, da governança da empresa e da estrutura do crédito, que é feita através de materiais da emissão e demais informações disponíveis ou necessárias. Além disso, são feitas reuniões com os bancos coordenadores da emissão e eventualmente com diretores/gerentes financeiros do emissor. De acordo com metodologia própria o emissor passa a ser qualificado pelo "Score", que leva em conta o Rating do emissor (fornecido pelas agências de rating), e uma série de indicadores financeiros, que avaliam a instituição quanto a tamanho, liquidez e nível de endividamento.

Na análise final o crédito é aprovado ou reprovado no comitê. O Diretor de risco e outro sócio possuem voto obrigatório com poder de veto. Se aprovado é definido o limite de crédito para a alocação e definição de prazos para revisão e rateias/índices de acompanhamento. Após a aprovação o crédito passa a constar na Matriz de Crédito para consulta e monitoramento

Em relação ao Risco de Contraparte, a **LOAN BRASIL SCD S.A.** busca negociar prioritariamente ativos com bom histórico de liquidez. Os clientes são selecionados com base em critérios qualitativos, tanto no que tange a qualidade das informações, quanto pela robustez da instituição.

e. **Riscos de Liquidez**

Risco de Liquidez é a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes

de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, assim como a possibilidade de a instituição não conseguir negociar ao preço de mercado uma posição devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Risco de Liquidez consiste na possibilidade de restrição da demanda pelos ativos integrantes da sua carteira. Assim, o risco de liquidez é avaliado pela capacidade de liquidar um ativo ou portfólio, e pelo impacto nos preços de mercado decorrentes da liquidação do mesmo. Além disso, deve-se avaliar a capacidade de gerar recursos para o cumprimento das obrigações decorrentes dos passivos.

Assim, os riscos de liquidez são separados em:

- **Risco de Liquidez de Fluxo de Caixa:** refere-se ao perfil de descasamento do passivo e ativo de um fundo;
- **Risco de Liquidez de Mercado:** é o risco de incorrer em perdas ao liquidar uma ou mais posições devido a variações dos preços dos ativos. Quanto maior for o prazo necessário para liquidar uma posição, maior o seu risco.

A **LOAN BRASIL SCD S.A.** é uma sociedade de crédito com foco na concessão de empréstimos e financiamentos a microempreendedores e empresas de pequeno porte, sendo assim no caso de operações de crédito com seus clientes que pertençam a um grupo econômico, definem-se os limites de liquidez dos ativos que serão constituídos, conforme o perfil de risco do grupo econômico.

Já a liquidez de mercado é monitorada e avaliada conforme o segmento de mercado de atuação dos clientes tomadores de crédito. Avalia-se a capacidade de liquidez do setor como um todo, monitorando as projeções econômicas e o desenvolvimento realizado nos últimos anos.

d. Riscos Operacionais

Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Inclui-se nos eventos de risco operacional:

- Fraudes internas e externas;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da instituição;
- Danos a ativos físicos próprios ou de uso pela instituição;
- Aqueles que acarretam interrupção de atividades;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação; e
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

A **LOAN BRASIL SCD S.A.** busca investir em desenvolvimento de sistemas e controles internos, visando limitar a ocorrência de falhas nos processos que possam gerar perdas para a empresa, mitigando assim, os Riscos Operacionais.

Rotinas de backup de sistemas, ferramentas e base de dados são realizadas diariamente pela área de TI para garantir a recuperação de dados de forma rápida e precisa das informações e de ferramentas de uso por parte da gestão.

A Diretoria tem como função assegurar o cumprimento das Regras, Políticas e Procedimentos Internos, assim como adequação dos procedimentos internos as leis e regulamentação aplicáveis pelo, Banco Central do Brasil e demais órgãos ou entidade de auto regulação. Tem a responsabilidade de divulgar e treinar continuamente os colaboradores para garantir a adequação, fortalecimento e o funcionamento do sistema de controles internos e a constante avaliação e revisão dos procedimentos internos a fim de minimizar preventivamente eventuais riscos operacionais, potenciais situação de conflitos de interesse, falhas de segurança, o uso inadequado de autoridade e qualquer outro descumprimento ao Código de Ética e de Conduta e demais Políticas Internas.

Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis.

(ii) Rendas a receber de clientes, outros créditos a receber, fornecedores e outras contas a pagar

Apresentado ao valor histórico que Administração entende que se aproxima do seu valor de mercado em função do curto prazo de vencimento.

(iii) Aplicações financeiras

O valor justo das aplicações financeiras é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Não havendo cotação de mercado, o valor justo é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação.

a. Risco de taxa de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

De acordo com suas políticas financeiras, não há operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

14 Limites operacionais

A Instituição adota a metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5) para atendimento aos limites operacionais e requerimentos de capital. O Índice calculado para o semestre encerrado em 31 de dezembro de 2024 é de 1.876,06% (248,42% em 31 de dezembro de 2023).

	<u>2o.Sem.24</u>
(+) CAPITAL SOCIAL	6.500
(+) RESERVAS DE CAPITAL, REAVLIAÇÃO E LUCROS	73
(+) PREJUÍZOS ACUMULADOS	-399
(+) CONTAS DE RESULTADO CREDORAS	741
(A) SUB-TOTAL	6.915
(-) CONTAS DE RESULTADO DEVEDORAS	-785
Patrimônio de referência exigido PRs5 Fórmula (A-B)=	6.131
RWA (Ativo Ponderado pelo Risco)=	327
ÍNDICE DE BASILÉIA EM 31/12/2024 (Fórmula = PRs5 / RWA)=	1.876,06

15 Análise de sensibilidade

Com intuito de proteger a instituição contra a exposição a riscos de mercado e liquidez, são avaliadas sistematicamente pela área de Risco as posições mantidas pela Instituição. Assim, em conformidade com a Resolução nº 2, do Banco Central do Brasil, a Instituição utiliza para fins de sensibilidade dos valores contábeis, o abaixo disposto:

Conta	Valor		Obs.
	Provável de Realização Ativo/ (Passivo)	Possível Variação em função do risco %	
Caixa e Equivalente de Caixa	711	0%	(a)
Títulos e Valores Mobiliários	5.385	0,1%	(b)
Total	6.097	0,08%	

(a) Ausência de impacto; e

(b) Saldo líquido de risco já reconhecido pela contabilidade.

Detalhamento (a)

Caixa e equivalente de caixa

Dado que este saldo trata de disponibilidade com liquidez imediata não se aplica análise de exposição aos riscos envolvidos pela análise de sensibilidade.

Detalhamento (b)

Títulos e Valores Mobiliários

Para o semestre findo em 31 de dezembro de 2024, as aplicações financeiras próprias são representadas pelos saldos do grupo do balanço: Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários), que montam o saldo de R\$ 5.385, são relativos a investimentos em CDBs e LFT

A rubrica é reconhecida diariamente na contabilidade pelo seu valor de mercado, portanto registrada ao valor de realização e por apresentar impacto irrelevante, é apresentada na análise de sensibilidade com uma possível variação em função do risco percentual de 0,1%.

16 Resultados recorrentes e não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB n.º 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro Líquido	<u>(407)</u>	<u>37</u>
Itens não Recorrentes		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	137	-
Efeito fiscal sobre o resultado não recorrente		
Resultado Recorrente	<u>(270)</u>	<u>37</u>

17 Eventos subsequentes

Não houve evento subsequente após o encerramento das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 que devessem ser divulgados.

